

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO TRT5–SAÚDE DE 09/10/2020

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, mediante conversa de áudio e vídeo, via Google Meet, reuniu-se o **Conselho Deliberativo do TRT5-Saúde**, com a participação do **Vice-Presidente do TRT5, Desembargador Jéferson Alves Silva Muricy**, Presidente do Conselho Deliberativo; conselheiro **José Arnaldo de Oliveira**, representante dos Magistrados, conselheiro **Cláudio Rocha Leal**, suplente do representante dos servidores ativos; conselheiro **Misael Gomes Santana**, representante dos servidores aposentados e pensionistas, conselheiro **Tarcísio José Figueiras dos Reis**, Diretor-Geral; conselheiro **Carlos Alberto Marinho dos Santos**, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF); conselheira **Eliana Lúcia Correa Souza**, suplente do representante do Comitê de Saúde do Trabalhador, conselheira **Márcia Bandeira Lerner**, representante da Coordenadoria de Saúde. Também estiveram presentes os servidores **André Liberato de Matos Reis**, Diretor do TRT5-Saúde, **Marina López Prata**, servidora do TRT5-Saúde e **Marcus Paulo Neves Brito**, **Fernanda Viera Lima**, **Ana Lúcia Nascimento Cordeiro Reis** e **Ricardo Mendes Vieites**, representantes do Banco do Brasil. O **Conselheiro Presidente** abriu a reunião, agradeceu a participação de todos, inclusive dos representantes do Banco do Brasil, e solicitou que o Conselheiro Marinho fizesse uma breve exposição sobre os investimentos que o plano possui, as aplicações e valores e, em seguida, os representantes do Banco do Brasil realizassem a exposição. Informou, ainda, que participou de uma apresentação do Banco do Brasil anterior, juntamente com os conselheiros Tarcísio Figueiras e Carlos Alberto Marinho, sobre possíveis aplicações do recurso privado do TRT5-Saúde na tentativa de obter uma certa segurança, levando-se em consideração a volatilidade do mercado e o momento de muita incerteza na economia mundial e brasileira. O **Conselheiro Marinho** propôs inverter a ordem para que o Banco do Brasil fizesse a apresentação primeiro, já que poderia embasar melhor o encaminhamento da sua exposição, uma vez que o conselho já teria conhecimento do portfólio de produtos de investimentos que o Banco possui. O **Conselheiro Presidente** concordou, no entanto, argumentou que seria importante dar uma ideia do quanto já há investido hoje, mas, caso o conselheiro Marinho entendesse ser melhor inverter a ordem, não haveria problema algum. Com a palavra, o **Conselheiro Marinho** informou que, atualmente, existem duas contas, uma no Banco do Brasil e outra na Caixa Econômica Federal, que foram direcionadas para fazer os pagamentos dos credenciados do plano de autogestão. Informou que existem também dois investimentos no Banco do Brasil, o que possui o valor maior é o BB Premium e também um investimento grande na Caixa Econômica Federal, em CDBs. Disse entender que o momento é de se fazer uma reavaliação dos produtos, diante do cenário atual e das incertezas na economia. Esclareceu que acha importante que todos tenham conhecimento do montante aplicado e das possibilidades de investimento, estabelecendo diretrizes, já que aplicação é sempre a fórmula entre o risco e a rentabilidade. Destacou que,

Firmado por assinatura digital em 12/03/2021 14:53 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por JÉFERSON ALVES SILVA MURICY. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10121031202329493084.

hoje, a autogestão em saúde do TRT5 é quem tem o maior recurso provisionado no Brasil comparada com outras autogestões que foram criadas e entende ser de uma responsabilidade muito grande, já que isso lida com o recurso de milhares de pessoas. Ressaltou também o momento difícil do ponto de vista orçamentária que enfrentam, principalmente com o cenário de 2021, de decidir sobre uma aplicação que conserve um pouco o valor real do capital, mas dê uma segurança. A certeza de que se possa contar com este recurso futuramente para a manutenção do plano de saúde. O **Conselheiro Presidente** passou a palavra para Ricardo Vieites do Banco do Brasil e comentou que a maioria dos participantes do Conselho não participou da apresentação realizada por Fernanda Lima, anteriormente, e que, possivelmente, assim com ele, alguns podiam ser leigos no tema de macroeconomia e aplicação financeira. Com a palavra, **Ricardo Vieites** iniciou a apresentação sobre o cenário econômico atual e fez uma abordagem acerca do ambiente internacional; contextualização dos mercados financeiros e principais razões para se ter uma visão positiva e desafios. Sobre o cenário doméstico, **Ricardo Vieites** destacou alguns fatores como: tensão fiscal, ambiente inflacionário benigno e normalização monetária mais tardia. Informou que a atividade doméstica surpreendeu positivamente, que a retomada segue desigual no Brasil e no mundo (varejo/indústria apresentando recuperação mais rápida que os serviços), que o desafio será sustentar a dinâmica, pois ainda há alto desemprego, menores estímulos (queda no valor do auxílio emergencial) e elevada incerteza; expressiva elevação de incerteza em setembro devido a política fiscal doméstica; provável extinção do auxílio emergencial somente em 2021; despesas relacionadas ao “Bolsa família”, que pode passar a ser o “Renda Cidadã”; pressão por mais gastos coloca em risco a âncora do regime fiscal (teto de gastos x despesas obrigatórias). Explanou ainda que acreditam na hipótese central: sustentação do teto, mas acomodação de gastos extraordinários numa narrativa de apoio do Estado à retomada em 2021. Por fim, disse entender que o ambiente inflacionário é benigno, que existe um descasamento entre os preços do atacado e do varejo, que o choque inflacionário dos alimentos tende a ser passageiro e apresentou o quadro de projeções da atividade econômica ajustada, inflação, taxas de câmbio, juros, balança de pagamentos e constas fiscais para 2020 e 2021. O **Conselheiro Presidente** agradeceu a realização da exposição e comentou sobre a discussão a respeito do Bolsa família, da possibilidade do Renda Brasil, o eventual fim do auxílio emergencial, possibilidade de criação de um novo imposto, e questionou Ricardo se, pela análise que fez, estas coisas podem ter impacto na expectativa da economia. **Ricardo Vieites** respondeu que a popularidade do Executivo se elevou muito, principalmente em regiões dependentes desse tipo de auxílio, que é estratégico manter e, caso se extinga, pode puxar para baixo a atividade econômica doméstica. A questão é o teto de gastos. Há uma incerteza envolvida e a discussão deve ser levada até dezembro. O **Conselheiro Presidente** passou, então, a palavra para **Fernanda Lima** que fez uma breve exposição sobre os três possíveis fundos ofertados pelo Banco do Brasil (I –BB Premium Setor Público, II – BB Super Setor Público e III – BB Estratégia Ativa), informando que são distintos e diversificados. Expôs sobre os graus de risco de cada um, objetivos, causas da volatilidade, composição das carteiras, potencialidade de retorno, características dos prazos, exposição ao risco de mercado, preservação de capital e rentabilidade. O **Conselheiro**

Presidente questionou se os investimentos BB Premium Setor Público e o BB Super Setor Público seriam mais conservadores e se não haveria o ganho de capital. **Fernanda** informou que sim e que não alavancam o retorno. O **Conselheiro Presidente**, então, fez a observação sobre o investimento BB Estratégia Ativa, semelhante ao que a Caixa Econômica Federal oferece, dar uma rentabilidade maior, porém com um risco maior. **Fernanda** concordou com a afirmação e disse que estaria mais sujeito à volatilidade do mercado, mas que ainda é considerado de baixo risco. O **Conselheiro Presidente** disse que estaria no limite para ser considerado de baixo risco, quase médio. **Fernanda** disse que sim. O **Conselheiro Presidente** perguntou se houve alguma variação negativa dos investimentos BB Premium Setor Público e o BB Super Setor Público. **Fernanda** informou que o BB Premium Setor Público se comportou com uma variação negativa no mês de setembro devido ao percentual relevante de letras financeiras do tesouro. O **conselheiro Marinho** questionou qual, entre o BB Premium Setor Público e o BB Super Setor Público, teve a rentabilidade maior. **Fernanda** informou que são instrumentos distintos, que embora o Premium não tenha performado tão bem quanto o Super, a expectativa é que a performance do Premium seja melhor. Ressaltou também que é um ano atípico. O **conselheiro Marinho**, para dar uma noção aos membros do Conselho, disse que, pelo material apresentado, a rentabilidade do Premium, que tem hoje aplicado, foi de 1,89% e o Super foi de 2.11%. **Fernanda** complementou que, como há uma perspectiva favorável para os cenários, a tendência é que os ativos performem de forma mais positiva, mesmo com os desafios que existem. O **Conselheiro Presidente** questionou qual foi o retorno do investimento Estratégia Ativa. **Fernanda** informou que, nos últimos 10 meses, o retorno foi de 2,5%. O **Conselheiro Presidente**, então, afirmou, que apresenta uma maior rentabilidade, comparado aos outros dois fundos. **André Liberato** perguntou se o fundo Estratégia Ativa tem composição em derivativos. **Fernanda** respondeu que sim. O **Conselheiro Presidente** questionou se, mesmo com o cenário apresentado, se é feito algum prognóstico para o fundo Estratégia Ativa. **Fernanda** disse que é difícil, mas espera um fechamento expressivo da curva de juros e performance significativa para os fundos. Disse que tem todo um contexto de mercado e político que corrobora para isso e pode interferir na performance dos fundos. O **Conselheiro Presidente** informou que acompanha muito o cenário político e, no Brasil, há uma tensão entre Paulo Guedes e o Governo. Questionou se, numa eventual queda de Guedes, como repercutiria na volatilidade e na rentabilidade dos fundos. Neste momento, **Ricardo** respondeu que os analistas veem a chance de Guedes sair em torno de 30% e que ele saiu fortalecido do último atrito que houve com Maia. Disse que, em caso de queda de Guedes, entende que seria provável ter uma figura parecida e comprometida com a austeridade fiscal. **André Liberato** perguntou se o fundo Premium estaria ligado às privatizações e aos valores de vendas dessas empresas, impactando nos investimentos. **Fernanda** respondeu que as ações que compõem a carteira não estão relacionadas com os ativos envolvidos com as privatizações. Explicou porque houve um impacto negativo no fundo Premium. Com a palavra, o **Conselheiro Presidente** agradeceu à equipe do Banco do Brasil pelas informações apresentadas e pelos esclarecimentos. **Fernanda** também agradeceu e disse que o canal entre o Banco e o TRT está aberto. O **Conselheiro Presidente** passou, então, a palavra para o conselheiro Marinho que iniciou a apresentação. O **Conselheiro**

Marinho disse que são muitas as informações, que existe o desafio de colocar de uma forma mais simples para todos e que o perfil sempre foi de não correr muitos riscos. Apresentou os valores aplicados atualmente, conforme quadro a seguir:

Relatório de recursos privados	
Banco do Brasil	
Tipo de Aplicação	Saldo em 08/10/2020
Investimento a curto prazo – Resgate Automático	R\$ 13.626.305,07
Investimento a longo prazo - Premium	R\$ 35.960.140,65
Total	R\$ 49.586.445,72
Caixa Econômica Federal	
Tipo de Aplicação	Saldo
CDB / Flex Empresarial em 30/09/2020	R\$ 20.878.882,76
Fundo de investimento Caixa FIC em 30/09/2020	R\$ 1.792,30
Total	R\$ 20.880.675,06
Disponibilidade	R\$ 70.467.120,78

Disse que, inicialmente, tem que ser dada uma maior atenção aos valores de curto prazo, pois estão sendo executados, prioritariamente, com recursos públicos. A missão agora seria definir o quanto seria deixado no curto prazo e a aplicação com uma rentabilidade maior. As contas de curto prazo dão uma rentabilidade muito menor. Apresentou uma tabela com esclarecimentos sobre os fundos expostos por Fernanda, especificando o tipo de aplicação, público-alvo, composição, risco, prazo mínimo de aplicação, se está sujeito à variação de mercado e rentabilidade acumulada. Disse entender ser necessário fazer uma atualização junto à Caixa Econômica da rentabilidade da Caixa Brasil para ajudar no processo decisório, já que está com uma rentabilidade defasada, além de verificar junto à CEF se há um outro produto semelhante ao BB renda fixa curto prazo para que o recurso possa ser direcionado. Entende ser necessário que a CEF apresente o portfólio de produtos, assim como fez o Banco do Brasil. O **Conselheiro Presidente** disse, então, que a sugestão dele era de se concentrar na faixa de risco do Super Setor Público. O **Conselheiro Tarcisio** disse que todos os três fundos são conservadores e o que lhe chama mais atenção é o prazo de aplicação. Com a palavra, o **Conselheiro Presidente** disse que, pelo que escuta dos analistas, a diversificação é sempre a melhor estratégia de mercado. Que podem acontecer catástrofes como o covid, mas que o Governo tem um compromisso grande com o mercado. O **Conselheiro Tarcisio** disse que o compromisso hoje não vale nada e que a diversificação se complica na medida em que são conservadores. O que vai variar é a taxa de administração. O **Conselheiro Presidente** esclareceu que a diversificação seria dentro do perfil conservador. O **Conselheiro Tarcisio** ressaltou que isso já é feito, uma parte no BB e outra na CEF, pois tem receio de ficar muito preso e de tudo mudar após as eleições. O **Conselheiro Marinho**, então, disse que tem que ser definido quanto do montante de R\$ 13.626.305,07 estaria disponível para ser transferido, já que está com uma rentabilidade menor. O **Conselheiro Presidente** sugeriu que a de curto prazo se coloque numa aplicação de 60 dias, levando-se em conta o valor gasto por mês, que acredita que gire em torno de R\$ 6

milhões. O **Conselheiro Marinho** respondeu R\$ 4 milhões, mas que dependia da sinistralidade. O **Conselheiro Presidente** propôs que, como os recursos públicos já estão acabando, será necessário ter a previsão do que ainda existe de público e mais os recursos privados, com uma certa folga, para aplicar no curtíssimo prazo e o restante para 60 dias para reavaliar mais para frente. O **Conselheiro Marinho** concordou e sugeriu que se fizesse depois uma reavaliação do cenário. **André Liberato** fez uma observação acerca do longo prazo, afirmando que também é conservador, tendo em vista o objetivo da autogestão. Disse que é possível colocar mais de R\$ 40 milhões numa aplicação a longo prazo, sem preocupação alguma e que são feitas projeções e que nunca se chegou a 100% de sinistralidade no ano. Caso ultrapassasse, ainda haveria reserva para uns 8 a 9 anos. Afirmou também que o fundo de reserva não é para ser utilizado e comparou com o fundo de reserva de operadoras privadas. O **Conselheiro Presidente** disse que o que tem que pensar, no momento, é jogar paulatinamente no de 60 dias para se ter um capital resgatável. O **Conselheiro Marinho** informou sobre a queda do orçamento público para 2021 e que se gastará muito recurso privado, que não era o esperado. O **Conselheiro Presidente** fez uma observação que a partir de maio já será necessário ter recursos da aplicação disponíveis para cobrir as despesas. **André Liberato** afirmou que o que banca o plano são as mensalidades e que não deve pegar no dinheiro do fundo. O **Conselheiro Presidente** disse que é preciso pensar na excepcionalidade também e que não pode estar tudo preso nos 365 dias. O **Conselheiro Marinho** lembrou a respeito da conta do Hospital Aliança que houve recentemente de R\$ 1.800.000,00 e que se deve ter cuidado, por conta das incertezas. **André Liberato** disse que o fundo de reserva que é realizado no mercado pelas operadoras equivale a 3 meses do custo mensal e sugeriu trabalhar com R\$ 25.000.000,00 no curto prazo e o resto estaria livre para colocar em qualquer outro. O **Conselheiro Marinho** resumiu a proposta de André e sugeriu tirar R\$ 8.000.000,00 do investimento a curto prazo – resgate automático e R\$ 17.000.000,00 do Premium. O **Conselheiro Presidente** questionou se o Premium já seria possível ser resgatado, tendo o conselheiro Marinho dito que sim. O **Conselheiro Presidente** observou que o montante em torno de R\$ 35.000.000,00 já é resgatável e sugeriu zerar a aplicação do resgate automático. O **Conselheiro Marinho** disse que precisa para os pagamentos corriqueiros. O **Conselheiro Presidente** sugeriu, então, deixar em torno de R\$ 3.000.000,00 no resgate automático e o resto, se houver necessidade, aportar. O **Conselheiro Marinho** sugeriu que os R\$ 10.000.000,00 restantes fossem aportados para os 60 dias. **André Liberato** disse que ainda tem o dinheiro que entra todos os meses de mensalidade. O **Conselheiro Presidente** informou sobre a vantagem de ser consignado. O **conselheiro Presidente** sugeriu deixar 15.000.000,00 no investimento Premium. O **Conselheiro Marinho** resumiu qual seria proposta, após sugestão do conselheiro Presidente: retiraria R\$ 10.000.000,00 do investimento a curto prazo/resgate automático, jogaria no produto do Banco do Brasil de 60 dias, restando R\$3.626.305,07 e retiraria R\$ 20.000.000,00 do Premium, deixando R\$ 15.960.140,65. O total de R\$ 30.000.000,00, metade aplicaria nos 60 dias e a outra nos 365 dias. O **conselheiro Presidente** questionou Tarcísio sobre os 365 dias. O **Conselheiro Tarcísio** informou que não é muito favorável, pelo momento. O **Conselheiro Marinho** sugeriu, então, colocar R\$ 20.000.000,00 nos 60 dias e o restante nos 365 dias. O **Conselheiro Presidente**

achou razoável. O **Conselheiro Tarcísio** propôs que fosse verificado a taxa de administração e se o que sobra do resgate automático é suficiente, por conta da demanda reprimida e o disparo no valor das contas nos últimos meses. O **Conselheiro Marinho** disse que ainda haverá R\$ 15.000.000,00 no Premium e que pode cobrir no operacional. Todos votaram unanimemente pelo reconhecimento da proposta apresentada, com exceção do conselheiro Misael que teve dificuldade no acesso ao google meet, no momento da votação. Por fim, o **Conselheiro Presidente** agradeceu a presença de todos e determinou o encerramento da reunião. **Cientes os participantes presentes.** Encerrada a discussão, foi lavrada a presente Ata por mim, Marina López Prata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente do Conselho Deliberativo do TRT5-Saúde.

Jéferson Alves Silva Muricy

Vice-Presidente do TRT5

Desembargador Presidente do Conselho Deliberativo do TRT5-Saúde.